

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: CIMI

Data 02/08/90 Pg.: J1R 0657

Cimi culpa Governo por morte de índios

Zenaide Azeredo

Com base em relatório divulgado, ontem, pela Ação pela Cidadania, dando conta da ocorrência de mais mortes entre os Yanomami, devido à malária e ao consumo do mercúrio que contamina as águas e os peixes consumidos pelos índios, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Krautler, responsabilizou o governo Collor pela continuação do extermínio dos índios, na medida em que não está cumprindo a liminar da Justiça Federal que determina a retirada dos garimpeiros da área.

Ele acusou, igualmente, o diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, de estar contribuindo para que a ação predadora dos garimpeiros continue, já que os previne, com antecedência, através da televisão, sobre a data e hora em que a operação policial será realizada no garimpo. Numa coletiva à imprensa, na CNBB, a qual compareceram, ainda, representantes da Comissão para Criação do Parque Yanomami, Fundação Mata Virgem e Núcleo dos Direitos Indígenas, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) denunciou a criação de um Grupo de Estudos Interministerial para implantar no País como "uma manobra destinada a neutralizar a ação do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, em prol da causa indígena e do meio ambiente no País".

Vontade política

O "ceticismo e indignação" com o que continua ocorrendo em território Yanomami, onde os relatórios médicos indicam a proliferação da malária entre os índios, nada mais é, segundo Severo Gomes, do que o resultado de uma falta de vontade política para resolver o problema. Isso, na sua opinião, devi-

do à existência de ouro na região e, também, em decorrência da posição dos militares que continuam defendendo uma política de fronteira viva no Brasil através da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos, antiga Saden).

Para o senador Severo Gomes e para dom Erwin Krautler, "dinamitar pistas de nada adianta, já que sua recuperação é quase imediata, como ficou provado", constituindo-se, portanto, uma ação "para inglês ver". A solução apontada por ambos, no caso específico, repousa na eliminação das 19 ilhas Yanomami criadas pelo Projeto Calha Norte e na simples revogação do decreto assinado pelo ex-presidente José Sarney criando áreas de garimpo no Catrimane, Uraricá-Santa Rosa e Uraricoera, regiões situadas dentro das florestas nacionais que circundam o território Yanomami, em Roraima.

Durante a entrevista coletiva na CNBB, a médica Ivone Menagola, que participou da ação emergencial de auxílio aos Yanomami, nos últimos 4 meses, apresentou as seguintes denúncias: as equipes médicas não estão recebendo apoio do governo ou mesmo da Funai, já que não há intérprete para os Yanomami que chegam doentes e nem aviões ou qualquer meio de transporte na área; aviões de garimpeiros chegam a todo momento nos postos indígenas, registrando-se, inclusive, o desembarque de agentes da Polícia Federal em aeronaves pertencentes a José Altino, líder e dono de garimpos; nos últimos 2 anos, morreram 1 mil e 200 índios num universo de 10 mil Yanomami cadastrados inicialmente; malocas desaparecem como se nunca tivessem existido, sem que a Funai ou qualquer outra instituição consiga saber o destino dos índios que as integravam.

Funai não vê omissão

Embora ressaltando não ser sua intenção polemizar com o Cimi ou com a Ação pela Cidadania, o presidente da Funai, coronel Aírton Alcântara, negou que haja omissão do governo diante da causa Yanomami, citando o acionamento imediato de uma ação emergencial de saúde, com auxílio das Forças Armadas, e a ação policial a ser desencadeada, dentro de 15 dias, contra os garimpeiros encontrados na área: "Seus bens serão confiscados, inclusive aviões, e os reincidentes serão presos", alertou o presidente da Funai.

O coronel Aírton Alcântara considerou que essas missões não passam realmente de "ações paliativas", já que o território Yanomami, a seu ver, só será garantido aos índios depois da retirada total dos garimpeiros. Por isso, prometeu uma fiscalização permanente no local.

Contrariando a denúncia feita pela médica da Ação pela Cidadania, Ivone Menagola, sobre a

presença de 20 mil garimpeiros no território Yanomami, o coronel Aírton Alcântara disse que não há mais que 800 ou 1000 garimpeiros instalados na área indígena. Hoje mesmo, segundo anunciou, ele viaja para Boa Vista e dali para o posto Jeremias, para examinar "in loco" a situação dos índios. O número de mortos também foi contestado pelo coronel. Na sua versão, não mais que 53 índios faleceram no ano de 1990, 8 dos quais em julho, vitimados pela malária e outras doenças: "Mas em compensação, houve 296 nascimentos", adiantou o coronel.

Aírton Alcântara defendeu a manutenção, em Roraima, das 19 ilhas ou áreas Yanomami criadas pelo projeto Calha Norte, mas assegurou que já encaminhara ao ministério da Justiça, parecer contrário às três zonas de garimpo criadas pelo governo Sarney, dentro das florestas nacionais que circundam as áreas indígenas.